



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.24.505394-7/001



EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – PROCESSUAL CIVIL – JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE – AMICUS CURIAE – INTERVENÇÃO – IRRECORRIBILIDADE – ARGUMENTOS: REITERAÇÃO – FATOS: PROVA: VALORAÇÃO – DIALETICIDADE: REQUISITO: CUMPRIMENTO. 1. É irrecorrível a decisão monocrática acerca da intervenção de terceiro como amicus curiae. 2. É admissível o recurso que se insurge contra a valoração da prova feita na decisão impugnada, cumprindo o requisito da dialeticidade, ainda que reiterados argumentos já expendidos.

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AMBIENTAL – DIREITO AMBIENTAL – LICENCIAMENTO AMBIENTAL – PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA (PCH) – LICENÇA PRÉVIA – BIODIVERSIDADE: RISCO – ESPÉCIES ENDÊMICAS E AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO – ÁREA PRIORITÁRIA PARA CONSERVAÇÃO – PARECERES TÉCNICOS E DECISÃO ADMINISTRATIVA: DIVERGÊNCIA – PRINCÍPIOS DA PRECAUÇÃO E DA PREVENÇÃO – ATO ADMINISTRATIVO: CONTROLE JUDICIAL – LICENÇA: EFEITOS: SUSPENSÃO. 1. A concessão de licença prévia de implantação de pequena central hidrelétrica (PCH), antecedida de pareceres técnicos contrários, que apontam inviabilidade ambiental e risco à biodiversidade, autoriza a incidência dos princípios da precaução e da prevenção. 2. O Poder Judiciário pode suspender os efeitos de ato administrativo de licenciamento ambiental quando constatado potencial dano grave ou irreversível ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. 3. Áreas reconhecidas como prioritárias para conservação e que abrigam espécies endêmicas e ameaçadas demandam proteção ambiental reforçada.

AGRAVO DE INSTRUMENTO-CV Nº 1.0000.24.505394-7/001 - COMARCA DE BELO HORIZONTE - AGRAVANTE(S): MINISTÉRIO PÚBLICO - MPMG - AGRAVADO(A)(S): ESTADO DE MINAS GERAIS, MINAS PCH SA

ACÓRDÃO

Vistos etc., acorda, em Turma, a 7ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, em DAR PARCIAL PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO, NA PARTE CONHECIDA.

DES. OLIVEIRA FIRMO
RELATOR



DES. OLIVEIRA FIRMO (RELATOR)

V O T O

I – RELATÓRIO

Trata-se de **AGRAVO DE INSTRUMENTO (AI)** interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (MPMG)** em face de decisão (doc. 64/TJ) que, proferida em “**AÇÃO CIVIL PÚBLICA**” movida por si em face de **MINAS PCH S.A.** e do **ESTADO DE MINAS GERAIS**, indeferiu o pedido de concessão **liminar** em **tutela** provisória de **urgência** para suspender a Licença Prévia (**LP**) concedida por este àquela, para **instalação** da pequena central hidrelétrica (**PCH**) **Ouro Fino**, e **admitiu** a intervenção da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (**FIEMG**) no feito, na condição de **amicus curiae**.

Adoto o relatório lançado pelo então **Relator sorteado** (doc. 84/TJ), Des. CARLOS HENRIQUE PERPÉTUO BRAGA, integrante da **2ª Câmara Cível**:

Sustentou o Agravante, em suas razões recursais, que “o Alto Rio Santo Antônio (a montante da UHE Salto Grande), onde se pretende instalar o empreendimento requerido, por suas características ecológicas únicas, é considerado prioritário para a conservação da biodiversidade em Minas Gerais (DN COPAM n. 55/02, art.2º)”.

Asseverou que “em razão de sua enorme biodiversidade, o rio Santo Antônio mostra-se imprescindível também para a recolonização do rio Doce, gravemente atingido após o rompimento da barragem de Fundão, da Samarco, em Mariana, que dizimou a ictiofauna do rio Doce”.

Pontuou que, “diante da relevância do Alto Santo Antônio, o Ministério Público de Minas Gerais – MPMG propôs, em 2011, a Ação Civil Pública nº 1489035-91.2011.8.13.0024, visando à declaração de nulidade das licenças ambientais concedidas



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.24.505394-7/001

aos empreendimentos hidrelétricos previstos para o Alto Rio Santo Antônio, sem que antes fosse feita a Avaliação Ambiental Integrada - AAI na bacia”.

Salientou que, naqueles autos, “foi deferida liminar suspendendo todos os processos de licenciamento em trâmite, bem como as licenças ambientais concedidas aos empreendimentos hidrelétricos PCH Quimquim, PCH Sumidouro, PCH Brejaúba, PCH Monjolo, PCH Sete Cachoeiras, PCH Ferradura e PCH Ouro Fino”.

Acrescentou que, “posteriormente, a referida decisão foi parcialmente reformada, em sede de Agravo de Instrumento, deferindo-se o efeito suspensivo para autorizar a formalização e eventual concessão de licença ambiental para a fase de licença prévia”.

Historiou que, em 27 de junho de 2014, o empreendedor celebrou “Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, tendo por objeto a composição parcial dos interesses coletivos em conflito no âmbito da Ação Civil Pública nº 1489035-91.2011.8.13.0024, a antecipação e solução de conflitos de interesses relacionados com o licenciamento do empreendimento PCH Ouro Fino, bem como a apresentação de subsídios técnicos e financeiros para implementação de um Plano Operacional e Executivo de Conservação da Ictiofauna da Bacia do Rio Santo Antônio”.

Relatou que “a Cláusula 15ª do compromisso deixa expressamente registrado que o referido termo não representa antecipação ou vinculação de posicionamento do Compromitente em relação às conclusões decorrentes do processo de licenciamento ambiental do empreendimento”.

Asseverou que “a decisão que culminou na concessão da licença prévia ao empreendimento PCH Ouro Fino é justamente um ato administrativo viciado, que não conduz ao resultado a que se destina a licença ambiental, qual seja, instrumentalizar a Política Nacional do Meio Ambiente (art. 9º da Lei n.º 6.938/81)”.

Aduziu que “é inarredável a necessidade da concessão de provimento de urgência (medida liminar) para afastar os efeitos da licença prévia concedida pelo Estado de Minas Gerais, de forma a impedir que danos ao meio ambiente sejam concretizados pela empresa requerida”.

Disse que “pedido de intervenção da FIEMG não atende aos requisitos estabelecidos para a admissão da referida intervenção de terceiro, eis que a FIEMG, como representante



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.24.505394-7/001

do setor industrial, possui interesses econômicos diretos e, portanto, adota posicionamento parcial em favor do empreendimento, comprometendo a isenção necessária à sua atuação”.

Ao final, requereu o provimento do recurso, para reformar a r. decisão agravada, “a) deferindo-se a tutela de urgência, com a suspensão imediata dos efeitos da Licença Prévia (PA n.º 16709/2008/001/2012) concedida pelo Estado de Minas Gerais (URC/COPAM) ao empreendimento hidrelétrico PCH Ouro Fino, vedando-se a instauração de outros procedimentos até o julgamento desta ação civil pública; e b) indeferindo-se o pedido da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais- FIEMG de intervenção de terceiros na modalidade “amicus curiae” (doc. 84/TJ).

Sem preparo (art. 18 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985).

Acrescento que o juízo de origem prestou informações, mantida a decisão agravada (doc. 76/TJ).

Contraminuta do ESTADO DE MINAS GERAIS, pela **negativa de provimento** ao recurso, às seguintes **razões**, em **síntese**: **a)** – “em se tratando o licenciamento ambiental de processo administrativo, todos os atos administrativos que o compõem, até sua conclusão, encontram-se amparados pela mencionada presunção de legalidade e legitimidade de que gozam os atos administrativos em geral, não podendo ter seus efeitos suspensos sem a apresentação de prova inequívoca de sua ilegalidade”, que, no caso, **inexiste**; **b)** – “em se tratando o licenciamento ambiental de típico ato administrativo discricionário, há limites para a realização do controle jurisdicional relativamente aos atos administrativos a ele referentes”, **restrito** ao prisma da **legalidade, competindo só “à Administração aferir a oportunidade e a conveniência do deferimento ou não da autorização pleiteada”**; **c)** – “**compete aos órgãos ambientais decidir quanto à concessão, suspensão ou revogação de licenças, segundo os critérios previstos na legislação pertinente, e também de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade, não podendo tal decisão de mérito administrativo ser tomada e imposta pelo Poder Judiciário**”; **d)** – “**todos os requisitos necessários à concessão da licença ambiental foram**

Fl. 4/19



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.24.505394-7/001

devidamente avaliados pelo órgão ambiental competente, constatando-se o devido atendimento das prescrições legais pelas empresas réis”; e e) – “documentação enviada pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, demonstra que o licenciamento prévio ambiental do empreendimentos da empresa ré seguiu todos os trâmites previstos em lei, exigidos todos os estudos pertinentes e necessários, observada a exata modalidade de licenciamento ambiental prevista na legislação ambiental” (doc. 77/TJ), com documentos (doc. 78/TJ).

Contraminuta de **MINAS PCH S.A.**, com preliminar de **não conhecimento do AI**, por **ausência de enfrentamento dos fundamentos** da decisão recorrida e por **irrecorribilidade** da decisão que **deferre** a intervenção de **amicus curiae**. No mérito, **alega**, em síntese: **a)** – a **PCH** em questão **não se localiza** no **trecho superior** da **bacia hidrográfica** (Alto Rio Santo Antônio), **qualificado** como área **prioritária** para a **conservação** da **ictiofauna**, e, sim, no **trecho médio** do Rio Santo Antônio, **não tendo pertinência** com a matéria subjacente à **demanda**; **b)** – as **alegações** do **MPMG** acerca de **danos permanentes** a espécies da **ictiofauna ameaçadas de extinção** estão **contrárias** às **conclusões** de **documento técnico** juntado aos autos, no sentido de que “*o trecho de curso d’água proposto para a implantação da PCH Ouro Fino confere a este aproveitamento um impacto irrelevante para a dinâmica fluvial a montante, certo que prevista para o final do remanso da UHE Salto Grande, no limite inferior da região considerada como médio rio Santo Antônio, distante, portanto, do denominado alto rio Santo Antônio, este objeto imediato da ACP*”; **b.1)** – foram **propostas medidas** para **mitigar** os **impactos** da usina, visando ao **acompanhamento** das **alterações** nas **comunidades** de **peixes** ao longo do processo de **implantação** e **funcionamento** da **PCH Ouro Fino**; **b.2)** – “*a existência do barramento da UHE Salto Grande, construído na década de 1960 no baixo curso do rio Santo Antônio, somado à existência da UHE Porto Estrela, na foz com o rio Doce já representa uma barreira insuperável para o tão propalado repovoamento da bacia, comprometida após o acidente com a Barragem de Fundão, da empresa SAMARCO, certo que os peixes não conseguem transpor os*

Fl. 5/19



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.24.505394-7/001

barramentos existentes”; **b.3)** – “a análise realizada pela SUPPRI/SEMAD é incompleta e enviesada, sendo suas conclusões viáveis apenas mediante uma investigação ampla da situação da bacia e de seus usuários, bem como da situação de conservação/degradação ambiental dos rios e seu entorno, visando a identificar os principais fatores de pressão à biodiversidade, em especial à ictiofauna, e quais seriam as medidas de conservação possíveis de serem adotadas na bacia visando a conservação das espécies ameaçadas”; **b.4)** – “ainda que os estudos acadêmicos tenham apontado, por exemplo, que a supressão de vegetação implica redução de disponibilidade de recursos alimentares alóctones para a ictiofauna e perda de habitats por assoreamento, investigações iniciais indicam que nenhum esforço significativo foi realizado para minimizar ou reverter este quadro nos últimos 10 anos”, **impactos ambientais** que podem ser **contidos** com os **investimentos** a serem **aportados** na implantação do **empreendimento**, “por meio de medidas de mitigação e compensação dos impactos previstas no licenciamento”; **c)** – o **agravante invoca indevidamente** os princípios da **prevenção** e da **precaução**, que **já** foram **observados** quando do **controle ambiental** exercido pelos **órgãos públicos** competentes, na **submissão** dos “empreendimentos modificadores do meio ambiente a procedimentos autorizativos específicos previstos em lei”; **c.1)** – “em Minas Gerais, o licenciamento ambiental e os demais procedimentos autorizativos ficam a cargo do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, por meio de suas Câmaras Técnicas e das Unidades Regionais, organismos colegiados que se compõem de representantes não só do Poder Público, inclusive do Ministério Público, como também de toda a sociedade, englobando representantes do chamado setor produtivo e também da comunidade científica e das organizações não-governamentais”, **consagrando** os princípios **democrático** e **participativo d)** – o **agravante questiona** a própria **viabilidade ambiental** do **empreendimento**, incorrendo na **vedação** de controle do **mérito** dos **atos administrativos** pelo Poder Judiciário; **e)** – o **agravante** celebrou **acordo** consigo nos autos da **ACP 1489035-91.2011.8.13.0024**, “vindo agora a se opor a um empreendimento com o qual — há 10 anos —, ajustou os aspectos ambientais pertinentes, anunciando a

Fl. 6/19



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.24.505394-7/001

Cláusula Primeira daquele ajuste a antecipação e a solução de conflitos de interesses relacionados com o licenciamento do empreendimento PCH Ouro Fino, bem como a apresentação de subsídios técnicos e financeiros para implementação do Plano Operacional e Executivo de Conservação da Ictiofauna da Bacia do Rio Santo Antônio”, o que **vulnera** o princípio da **confiança**; **f)** – como a **ação** se dirige **contra** a **LP**, etapa **preliminar** do processo de licenciamento ambiental (**PLA**), **não** há **risco** de **dano ecológico nem colapso ambiental** da mencionada **bacia hidrográfica**, ainda **pendentes** as fases de **instalação** e **operação**; **g)** – há **risco** de **dano inverso** na **concessão liminar** da **suspensão** da **LP**, consistente em **graves** e **irreparáveis perdas econômicas**; e **h)** – estão **presentes** os **requisitos** legais que **autorização** a **intervenção** da **FIESP**, na condição de **amicus curiae** (doc. 79/TJ).

Agravante, pela **admissibilidade** do recurso, que **impugna** os **fundamentos** da decisão agravada (doc. 82/TJ)

Procuradoria-Geral de Justiça (**PGJ**): pela **rejeição** da preliminar de **não conhecimento** do **AI** e, no **mérito**, pela **reforma** da decisão recorrida, aos **fundamentos** de que, em **síntese**: **a)** – o **empreendimento** da agravada, que visa à instalação da **PCH Ouro Fino**, no Rio Santo Antônio, nos municípios de **Ferros/MG** e **Joanésia/MG**, foi **inicialmente indeferido** pela SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DE MINAS GERAIS (**SEMAD/MG**) devido aos **riscos ambientais irreversíveis**, decisão **reformada** pela Unidade Regional Colegiada (**URC**) do **Leste Mineiro**, do Conselho de Política Ambiental (**COPAM**); **b)** – “*área impactada é classificada como prioritária para conservação e abriga espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, como o surubim-do-doce, andirá, pirapitinga e timburé, cuja sobrevivência depende da manutenção do fluxo livre do rio*”; **c)** – “*Estudos técnicos indicam que a instalação da hidrelétrica resultaria na fragmentação do habitat, alteração do fluxo natural e extinção de espécies, além de comprometer o papel essencial do Rio Santo Antônio na recuperação da bacia do Rio Doce, severamente afetada pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana*”; **d)** – “*Apesar*

Fl. 7/19



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.24.505394-7/001

dos pareceres técnicos da SUPPRI/SEMAD, do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e do ICMBio" (...), "a URC/COPAM concedeu a licença prévia ao empreendimento, decisão que viola o princípio da precaução e coloca em risco um ecossistema único;" **e**) – "diversos aspectos reforçam a necessidade de intervenção judicial urgente, entre eles: (i) a relevância da questão ambiental abordada no caso; (ii) a supremacia do interesse coletivo em relação a interesses privados; (iii) o risco inerente à atividade desenvolvida pela parte agravada; (iv) a incerteza sobre a possibilidade de desastres ambientais e seus efeitos irreversíveis; (v) as limitações da fiscalização estatal na prevenção de danos ambientais; e (vi) a obrigação de garantir a todos o direito constitucional a um ambiente ecologicamente equilibrado"; **f**) – no caso, a **probabilidade** do direito **decorre** do princípio constitucional da **proteção ambiental**, que **demand**a do Estado a **atuação preventiva** e **protetiva** dos **ecossistemas** de **danos ambientais irreversíveis** no Rio Santo Antônio, que tem **região** classificada como **área prioritária** para **conservação** da **biodiversidade**. Além disso, a **LP** para instalação da **PCH Ouro Fino** foi **concedida contrariamente** a **pareceres técnicos** da Superintendência de Projetos Prioritários (**SUPPRI**) da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (**SEMAD**) e da Fundação Estadual de Meio Ambiente (**FEAM**); **g**) – "na ausência de plena certeza científica sobre os impactos ambientais de um empreendimento, a decisão deve ser tomada de forma conservadora, priorizando a preservação ambiental; **h**) – **compromete** a **validade** do **ato administrativo** a **concessão** da **licença sem** a realização de avaliação ambiental integrada (**AAI**), **instrumento essencial** para mensurar os **efeitos cumulativos** das várias **PCH** previstas para a **mesma** **bacia**; e **i**) – o **perigo** de **dano** decorre da **iminência** de **danos ambientais** de **difícil** ou **impossível reversão**, tendo em vista que o **barramento** do Rio Santo Antônio **converterá** **águas** de **corredeiras** e **oxigenadas** em **reservatórios** de **água parada**, **habitat inadequado** para **espécies criticamente ameaçadas** de **extinção**, como o surubim-do-doce, andirá, pirapitinga e timburé; a alteração do regime de vazão do rio pode **interromper** as **rotas migratórias** dos **peixes**, **reduzindo** sua capacidade de **reprodução**



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.24.505394-7/001

e **sobrevivência**; a **preservação** desse trecho é crucial para permitir a **recolonização** da **ictiofauna** na **bacia hidrográfica**, especialmente para **recuperação** da **biodiversidade** do **Rio Doce**, severamente **afetado** pelo **desastre ambiental** na barragem de responsabilidade da **SAMARCO**; e “O próprio Plano Operacional e Executivo de Conservação da Ictiofauna do Rio Santo Antônio, elaborado com participação do ICMBio e da FEAM, recomenda a criação de uma unidade de conservação integral na área, reforçando a incompatibilidade do empreendimento com as diretrizes ambientais vigentes” (doc. 83/TJ).

Instadas pelo Relator primevo (doc. 91/TJ), as **partes** e a **PGJ** **manifestaram-se** pela **prevenção** da 7ª Câmara Cível (**7CaCiv** – doc. 94, 95 e 96/TJ), sobrevindo decisão **declinatória** de **competência** (doc. 97/TJ).

Redistribuição em **25.6.2025**, por dependência ao **AI 1.0024.11.148903-5/001**, sob minha relatoria.

É o relatório.

II – JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

II – a)

Já na **vigência** do atual Código de Processo Civil (**CPC**), é **irrecorrível** a decisão **monocrática** que **admite** ou não a participação de **terceiro** no feito,



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.24.505394-7/001

na condição de **amicus curiae** (art. 138 e §1º, do CPC),⁽¹⁾ consoante já decidiu a Corte Especial (CE) do Superior Tribunal de Justiça (STJ),⁽²⁾ em questão de ordem suscitada de ofício e acolhida, no julgamento de **Tema Repetitivo 988**, acerca da natureza do rol das hipóteses de cabimento de AI, nesses termos:

A leitura do art. 138 do CPC/15, não deixa dúvida de que a decisão unipessoal que verse sobre a admissibilidade do amicus curiae não é impugnável por agravo interno, seja porque o caput expressamente a coloca como uma decisão irrecurável, seja porque o §1º expressamente diz que a intervenção não autoriza a interposição de recursos, ressalvada a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso contra a decisão que julgar o IRDR.

É de não se conhecer do AI, na parte que se dirige contra a decisão do juízo de origem de admissão de **amicus curiae**.

II – b)

A pretensão de **revisão** da **valoração** dos **fatos** feita na decisão agravada **impugna dialeticamente** o **fundamento** de **inexistência** de **comprovação** da **necessidade** e da **urgência** da **concessão liminar** da medida pleiteada.

Ademais, em **decisão** do recurso especial (REsp) 1.665.741/RS julgada em

¹ - Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecurável, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.

§1º A intervenção de que trata o caput não implica alteração de competência nem autoriza a interposição de recursos, ressalvadas a oposição de embargos de declaração e a hipótese do §3º. (...).

² - STJ: REsp 1696396/MT – CE – Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, j. 5.12.2018, DJe 19.12.2018.



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.24.505394-7/001

3.12.2019, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) adotou a linha de **prevalência da instrumentalidade das formas**, firmando o **entendimento** de que “a orientação do STJ é a de que a mera circunstância de terem sido reiteradas, na petição da apelação, as razões anteriormente apresentadas na inicial da ação ou na contestação não é suficiente para o não conhecimento do recurso, eis que a repetição dos argumentos não implica, por si só, ofensa ao princípio da dialeticidade”. É da **ementa**:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. PRINCÍPIO DISPOSITIVO. INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. HARMONIZAÇÃO. ARTS. 1.010 E 1.013 DO CPC/15. REPRODUÇÃO DAS ALEGAÇÕES DA INICIAL NA FUNDAMENTAÇÃO DO APELO. CONHECIMENTO. POSSIBILIDADE. CONDIÇÃO. EFETIVA DEMONSTRAÇÃO DA IRRESIGNAÇÃO E DO PROPÓSITO DE OBTER NOVO JULGAMENTO. HIPÓTESE CONCRETA. OCORRÊNCIA PARCIAL.

1. Ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização de danos materiais e compensação de danos morais, por meio da qual se sustenta ter sido descumprido acordo verbal para a imediata imissão na posse de imóvel e estar sendo cobrada dívida condominial extraordinária não imputável ao promitente comprador.

2. Recurso especial interposto em: 09/12/2016; conclusos ao gabinete em: 25/04/2017; aplicação do CPC/15.

3. O propósito recursal é determinar se: a) a mera reprodução, na apelação, das alegações da inicial acarreta, necessariamente, violação ao princípio da dialeticidade e enseja, assim, o não conhecimento de referido recurso; b) na hipótese concreta, as razões da apelação apresentadas pelo recorrente infirmam todos os fundamentos da sentença recorrida.

4. O principal efeito dos recursos é o devolutivo, já que destinado a impedir o trânsito em julgado da sentença, permitindo o reexame, a nova apreciação, da matéria já decidida pelo Judiciário por outro órgão funcionalmente superior.

5. O efeito devolutivo é regido pelo princípio dispositivo e pelo *tantum devolutum quantum appellatum*, pois, por meio do recurso, somente se devolve ao órgão superior a matéria recorrida pela parte interessada.

6. A jurisprudência do STJ privilegia a instrumentalidade das formas, adotando a orientação de que a mera circunstância de terem sido reiteradas, na petição da apelação, as razões anteriormente apresentadas na inicial da ação ou na

Fl. 11/19



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.24.505394-7/001

contestação, não é suficiente para o não conhecimento do recurso, eis que a repetição dos argumentos não implica, por si só, ofensa ao princípio da dialeticidade.

7. É essencial, todavia, que as razões recursais da apelação guardem alguma pertinência com a matéria decidida na sentença.

8. Na hipótese concreta, do cotejo entre as razões da apelação e a fundamentação da sentença, infere-se, no que diz respeito ao capítulo referente ao pedido de restituição dos valores pagos a título de despesas condominiais extraordinárias, que o recorrente logrou aduzir argumentos suficientes, ainda que em tese, para impugnar os correspondentes fundamentos da decisão judicial de mérito.

9. Quanto ao capítulo referente à imissão na posse, contudo, a apelação sequer minimamente indica a irrisignação do apelante quando à fundamentação da sentença, tampouco seu propósito de obter novo julgamento a respeito da matéria.

10. Recurso especial parcialmente provido.⁽³⁾

Destarte, por tais razões, **rejeito** a **preliminar** suscitada pela agravada.

II – c)

Vistos os demais **pressupostos** de admissibilidade, **CONHEÇO EM PARTE** do **AGRAVO DE INSTRUMENTO**.

III – MÉRITO

III – a)

Relevante **contextualização** dos fatos diz respeito à **pré-existência** de uma

³ - STJ: REsp 1.665.741/RS – 1ª S – Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, j. 3.12.2019, DJe 5.12.2019.



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.24.505394-7/001

AÇÃO CIVIL PÚBLICA ajuizada pelo **MPMG** contra **MINAS PCH S.A.**, **ESTADO DE MINAS GERAIS** e outros (proc. 1489035-91.2011.8.13.0024), visando à **prevenção de danos ao ecossistema da bacia hidrográfica do Rio Santo Antônio**, em vista da **autorização de instalação** de diversos **empreendimentos hidrelétricos** na região, entre eles a **PCH Ouro Fino**.

Naquele feito, na instância de **origem**, houve decisão de **suspensão liminar** dos **PLA** e dos **efeitos das licenças já concedidas**, além de cominar ao **ESTADO DE MINAS GERAIS** a **obrigação de não autorizar, licenciar ou formalizar novos PLA** para **aproveitamento hidrelétrico** de rios da **bacia do Rio Santo Antônio**.

Esta **7CaCiv** deu **parcial provimento** ao **AI** interposto daquela decisão por **MINAS PCH S.A.**, ao **fundamento**, em **síntese**, de **ausência de risco de lesão de difícil reparação**, tendo em vista que o empreendimento **PCH Ouro Fino**, de **aproveitamento do potencial hidráulico** do Rio Santo Antônio, nos municípios de **Ferros/MG** e **Joanésia/MG**, **ainda** se encontrava em **fase prévia** do licenciamento ambiental, sem interferência no meio ambiente. Ficou **autorizada**, no **acórdão** em referência, a *“formalização do licenciamento do empreendimento PCH Ouro Fino, até a etapa de julgamento da licença prévia, exclusiva.”* Por outro lado, no **julgamento** do **AI** interposto pelo **ESTADO DE MINAS GERAIS**, este órgão julgador **manteve a obrigação** do ente federado de **não conceder novas autorizações** ou **licenças** ambientais e **não formalizar novos PLA**.

Por **sentença** publicada em **3.5.2018**, entretanto, o feito foi **parcialmente extinto com** resolução de **mérito**, por **sentença homologatória** de termo de ajustamento de conduta (**TAC**) celebrado entre o **MPMG** e **MINAS PCH S.A.**, visando à **antecipação e solução de conflitos de interesses** relacionados com o **licenciamento** do empreendimento **PCH Ouro Fino**, bem como a apresentação de **subsídios técnicos e financeiros** para implementação de um **plano operacional e executivo de conservação** da **ictiofauna da Bacia**

Fl. 13/19



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.24.505394-7/001

do **Rio Santo Antônio**. Entre outras obrigações, a **MINAS PCH S.A.** se **comprometeu** a apresentar **termo** de referência para **contratação** de estudo que contemplasse a **distribuição geográfica** das espécies-alvo para **conservação** da **fauna ictiológica** do Rio Santo Antônio; a **ampliação** do **conhecimento** sobre a **biologia básica** de **quatro espécies** em **risco** de **extinção** (surubim-do-doce, andirá, pirapitinga e timburé) e **proposta** de **plano** de **conservação** da **ictiofauna** da **bacia**, com **avaliação** da **necessidade** de **delimitação georreferenciada** de **área** para criação de Unidade de Conservação de Proteção Integral (**UCPI**). **Obrigou-se**, ainda, a **custear** equipe para **elaboração** de **plano operacional** e **executivo** de **conservação** da **icitofauna** da **Bacia do Santo Antônio** e a **observar** as **recomendações** aplicáveis à **PCH Ouro Fino**, decorrentes do **plano** de **conservação**.

Ficou **convencionado** ainda que o **TAC não substitui licenças ambientais** e outros **atos administrativos** necessários à **regularização** ambiental da **PCH Ouro Fino**; **não autoriza** a realização de **atividades modificadoras** do meio ambiente; e **não** representa **antecipação** ou **vinculação** de **posicionamento** do **MPMG** em relação às **conclusões** decorrentes do **PLA** do empreendimento, nem isenta a **MINAS PCH S.A.** de observar **normas supervenientes**, **padrões** e/ou **tecnologias** mais **protetivos** do meio ambiente (doc. 67).

Na **ACP** em que proferida a decisão agravada (proc. 5053954-96.2024.8.13.0000), o **MPMG** visa a *“prevenir, neutralizar e mitigar os riscos ambientais decorrentes da atividade da empresa requerida, bem como de declarar a flagrante nulidade da decisão proferida pelo Estado de Minas Gerais, mais especificamente pela Unidade Regional Colegiada – URC do Leste Mineiro, do Conselho de Política Ambiental – COPAM.”*

III – b)



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.24.505394-7/001

O **MPMG** pretende **suspender** os **efeitos** de decisão da **URC/COPAM** que deferiu **licença prévia** ao empreendimento hidrelétrico **PCH Ouro Fino**, que reputa eivado de **nulidade**, por colocar em **risco** a **preservação** de **espécies endêmicas** e ameaçadas de **extinção**, causando **danos irreversíveis** à **biodiversidade** do **ESTADO DE MINAS GERAIS**.

Alega que o **ato administrativo concessivo** da **licença prévia**, praticado pela **URC/COPAM**, **contrariou** a **sugestão** das **equipes técnicas** da **SUPPRI/SEMAD** e da **FEAM** pelo **indeferimento** por **inviabilidade ambiental** do empreendimento, que integra **outros empreendimentos** em **licenciamento** no **Rio Santo Antônio**, com **graves riscos ambientais**.

Além destas, as equipes técnicas de **outro órgão** do **ESTADO DE MINAS GERAIS**, o Instituto Estadual de Florestas (**IEF**), e o **ICMBio reforçam** a **necessidade** de proteção do **trecho** do rio a **montante** da **UHE Salto Grande**, situação da **PCH Ouro Fino**.

Cumprе registrar que o **Alto Rio Santo Antônio** foi elencado pelo **ESTADO DE MINAS GERAIS** como **prioritário** para conservação, por meio de **ato normativo** do Conselho Estadual de Política Ambiental (**COPAM**) nº **55/2002**, que estabelece **normas**, **diretrizes** e **critérios** destinados a nortear a **conservação** da **biodiversidade** de Minas Gerais.

Entre **outras características**, está **catalogado** como de **extrema importância biológica** em **documento** publicado pelo MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, elaborado por **conceituadas organizações** e que atuam na seara ambiental e **órgãos especializados**, CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL, FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS, INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO, **SEMAD** e **IEF**.



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.24.505394-7/001

Além disso, **estudos técnicos** indicam que, por suas **especificidades**, notadamente o **isolamento** de trechos **a montante** da **UHE Salto Grande**, cujo **barramento impediu** a chegada de **espécies invasoras** de **grande porte**, o Rio Santo Antônio conta com grande **riqueza** de **espécies**, além de abrigar **espécies endêmicas** e com **habitats restritos**, **4** (quatro) delas **ameaçadas** de **extinção**: surubim-do-doce, timburé, andirá e pirapitinga.

E, em razão da **enorme biodiversidade**, evidenciada do fato de que a **bacia hidrográfica** do Rio Santo Antônio **abrigava** quase **90%** (noventa por cento) da **biodiversidade** de **toda a bacia** do **Rio Doce**, o **parecer** da **SUPPRI/SEMAD** consigna que o rio é **imprescindível** à **recolonização** do Rio Doce, cuja **fauna ictiológica** foi **dizimada** com o **rompimento** da **barragem** de **Fundão**, da mineradora **SAMARCO**, em **Mariana/MG**. Transcrevo **significativo excerto** do parecer em referência:

A recolonização bem-sucedida de peixes do canal principal do Rio Doce depende da recuperação das áreas diretamente afetadas e também do tamanho, da diversidade e do status de conservação das populações restantes em tributários.

A fonte primária de indivíduos para uma recolonização de longo prazo pela biodiversidade aquática será os tributários de menor ordem, como o Rio Santo Antônio. (Destaquei).

Por sua **relevância ambiental**, diversos órgãos **sugeriram** a implantação de **UCPI**, para **preservação** das **condições particulares** do Rio Santo Antônio. Indo além, para **preservação** da **ictiofauna local**, o **ICMBio** sugeriu que o próprio **rio** fosse **instituído** como **UCPI** (art. 2º, I e VI da **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de **2000**),⁽⁴⁾ do tipo **rio** de **preservação permanente**, tratada na Lei

⁴ - **Art. 2º** Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - **unidade de conservação**: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.24.505394-7/001

Estadual – **LE nº 15.082**, de 27 de abril de **2004**, cujo **art. 1º** dispõe: que
“*Consideram-se rios de preservação permanente os cursos de água ou trechos destes com características excepcionais de beleza ou dotados de valor ecológico, histórico ou turístico, em ambientes silvestres naturais ou pouco alterados.*”

Incidem ao caso, portanto, **normas constitucionais e convencionais protetivas do meio ambiente** e de **espécimes ameaçadas de extinção**, notadamente o disposto no **art. 225, caput e §1º, VII**, da Constituição Federal (**CF**) e no **art. 8º** da Convenção sobre Diversidade Biológica (**CDB**), aprovada pelo Decreto Legislativo – **DL nº 2**, de 3 de fevereiro de **1994**, ratificada pelo **Decreto nº 2.519**, de 16 de março de **1998**, literalmente:

CF, Art. 225. *Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

§1º *Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:*

(...);

VII - *proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.*

CDB, Art. 8 *Conservação in situ*

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso:

a) *Estabelecer um sistema de áreas protegidas ou áreas onde medidas especiais precisem ser tomadas para conservar a diversidade biológica;*

(...);

f) *Recuperar e restaurar ecossistemas degradados e promover a recuperação de espécies ameaçadas, mediante, entre outros*

pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

(...);

VI - *proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais;*

(...).

Fl. 17/19



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.24.505394-7/001

meios, a elaboração e implementação de planos e outras estratégias de gestão;

Por tudo, então, havendo **conclusões não uníssonas** de estudos técnicos que **motivaram decisões administrativas divergentes** a respeito do **impacto na biodiversidade aquática** com a implantação da **hidrelétrica** no Rio Santo Antônio; e **considerando** que há todo um **conjunto hídrico** com **características ambientais singulares** e espécimes de **peixes** sob ameaça de **extinção**, que merecem **especial proteção**, entendo que se deve **prestigiar** o princípio da **precaução** e da **prevenção**.

Não obstante a **competência administrativa** de **licenciamento ambiental** do empreendimento hidroelétrico, a **atuação** do Poder **Judiciário não invade** a **competência administrativa** de **licenciamento ambiental** do empreendimento hidrelétrico, cabendo-lhe o **dever** de **controle** de **condutas** em tese ofensivas ao **direito fundamental** ao **meio ambiente ecologicamente equilibrado**.

IV – CONCLUSÃO

POSTO ISSO, NÃO CONHEÇO DA PARTE DO RECURSO QUE ATACA A ADMISSÃO DE *AMICUS CURIAE*, REJEITO A PRELIMINAR RELATIVA À FALTA DE DIALETICIDADE E NO MÉRITO, DOU PARCIAL PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO exclusivamente para **suspender os **efeitos** da decisão administrativa **concessiva** da **licença prévia** ao empreendimento **PCH Ouro Fino, sem prejuízo** de que as partes venham a se **compor**, como **signalizam** as **tratativas** envidadas na instância de **origem** para esse fim.**

Custas: agravados, observada a **isenção** do ente público (art. 10, I, da Lei



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0000.24.505394-7/001

estadual – **LE – nº 14.939**, de 29 de dezembro de **2003**).⁽⁵⁾

É o voto.

DES. RENATO DRESCH - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. WILSON BENEVIDES - De acordo com o(a) Relator(a).

SÚMULA: "DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO
AGRAVO DE INSTRUMENTO, NA PARTE CONHECIDA"

⁵ - **Art. 10.** São isentos do pagamento de custas:

(...)

VI - o Ministério Público; (...).

Memorando FEAM/GSP n°. 54/2026

Belo Horizonte, 23 de março de 2026.

Para: Andresa Gusmão

Gerente de Suporte Operacional - FEAM/DGR/GSO

Assunto: Encaminha manifestação GSP

Referência: [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo n° 1080.01.0082894/2024-62].

Senhora Gerente,

Considerando a decisão da UNIDADE REGIONAL COLEGIADA LESTE MINEIRO, realizada em 6 de março de 2024, que deferiu recurso administrativo interposto pelo empreendedor em face do indeferimento do seu pedido de licença prévia conforme disposto na Ata da 145ª reunião (89811639);

Considerando que a URC citada, com referida decisão, acabou por conceder a Licença Prévia ao empreendedor conforme esclarecimentos trazidos aos autos por meio do Memorando.FEAM/GST.n° 171/2024 (98560728);

Considerando que por meio do Acórdão (Id. 135781999), que deu parcial provimento ao recurso de Agravo de Instrumento-Cv n° 1.0000.24.505394-7/001, o TJMG suspendeu os efeitos da Licença Prévia;

Solicitamos registrar nos sistemas de controle do SISEMA que a **LICENÇA PRÉVIA** concedida pela UNIDADE REGIONAL COLEGIADA LESTE MINEIRO, realizada em 6 de março de 2024, **está suspensa**, conforme determinação do TJMG, *in verbis*:

POSTO ISSO, NÃO CONHEÇO DA PARTE DO RECURSO QUE ATACA A ADMISSÃO DE AMICUS CURIAE, REJEITO A PRELIMINAR RELATIVA À FALTA DE DIALETICIDADE E NO MÉRITO, DOU PARCIAL PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO **exclusivamente para suspender os efeitos da decisão administrativa concessiva da licença prévia ao empreendimento PCH Ouro Fino**, sem prejuízo de que as partes venham a se compor, como sinalizam as tratativas envidadas na instância de origem para esse fim.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Angelica Aparecida Sezini, Gerente**, em 23/03/2026, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **136029907** e o código CRC **3D59E309**.

Referência: Processo nº 1080.01.0082894/2024-62

SEI nº 136029907